

RTN
2019

Março

Resultado do **Tesouro Nacional**

Boletim – Vol. 25, N.3



Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Secretário Especial da Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário do Tesouro Nacional

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Otávio Ladeira de Medeiros

Subsecretários

Adriano Pereira de Paula

Gildenora Batista Dantas Milhomem

José Franco Medeiros de Morais

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Pedro Jucá Maciel

Pricilla Maria Santana

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 25, n. 3 (Março 2019). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005



Introdução – Guia de Leitura

Com vistas a oferecer à sociedade informações mais claras e objetivas, está sendo apresentado o boletim Resultado do Tesouro Nacional em novo formato. A diretriz principal foi alterar estruturas e eliminar informações redundantes a fim de proporcionar maior agilidade na localização dos conteúdos buscados. Não houve nenhuma alteração metodológica nos indicadores fiscais apresentados no boletim.

A principal alteração foi apresentar apenas uma tabela abrangente para cada período de comparação, acompanhada de notas explicativas sobre as variações mais relevantes identificadas a cada período. Quando necessário para auxiliar no esclarecimento, podem ser apresentadas tabelas complementares.

Para as notas explicativas foi criada uma escala de cor de acordo com o impacto real da variação da rubrica sobre o resultado. A cor azul indica impacto superavitário (aumento de receitas ou redução de transferências/despesas) enquanto a vermelha indica impacto deficitário (redução de receitas ou aumento de transferências/despesas). A intensidade da cor está associada ao impacto absoluto da variação da rubrica entre os períodos comparados.

Para promover a análise integrada da programação financeira com sua execução, foi criada seção específica (“*Acompanhamento da Programação Orçamentária-Financeira do Governo Central*”), a qual apresenta uma comparação do resultado primário do Governo Central realizado até o mês com a programação orçamentária-financeira anual.

Para facilitar a navegação de leitura no relatório, algumas informações saíram dos anexos e continuarão sendo disponibilizadas apenas na planilha de série histórica disponível no site. São elas:

- Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central;
- Dívida Líquida do Tesouro Nacional;
- Receita Administrada pela RFB – Valores Brutos;

A planilha de séries históricas está disponível nos seguintes links:

<http://tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/resultado-do-tesouro-nacional>

<http://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-transparencia/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>

Na mesma linha de modificação, foi descontinuada no anexo do RTN a publicação do Boletim FPM/FPE/IPI-Exportação, o qual continuará sendo publicado na página web de transferências legais e constituições, a qual – vale destacar – disponibiliza um rico conjunto de outras informações complementares sobre o assunto. Segue abaixo o link:

<http://tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/transferencias-constitucionais-e-legais>

Também foram retiradas do anexo as tabelas a preços constantes, as quais continuarão disponíveis na planilha de séries históricas. Não obstante, todas as tabelas do corpo e do anexo do relatório passam a apresentar taxas de variação real¹, além das variações em unidades monetárias e taxas de variação a preços correntes, de modo a continuar permitindo a compreensão da dinâmica real dos indicadores fiscais. O critério de escolha das rubricas que terão notas explicativas a cada edição do boletim baseia-se na relevância do impacto fiscal real da sua variação.

¹ Variação corrente descontada da inflação medida pelo IPCA.



Ressaltamos ainda a disponibilidade dos dados do boletim RTN por meio do sistema de Séries Temporais, o qual contém ferramentas interativas que permitem a visualização e edição dos dados, como geração de números índices e taxas de variação. Segue o link:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>

Boa leitura!



Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Março		Variação (2019/2018)		
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	107.353,1	114.097,3	6.744,2	6,3%	1,6%
II. Transf. por Repartição de Receita	17.725,5	19.689,0	1.963,5	11,1%	6,2%
III. Receita Líquida (I-II)	89.627,7	94.408,3	4.780,7	5,3%	0,7%
IV. Despesa Total	114.122,6	115.516,8	1.394,2	1,2%	-3,2%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-24.494,9	-21.108,5	3.386,4	-13,8%	-17,6%
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.368,3	1.488,6	5.856,9	-	-12,5%
Previdência Social (RGPS)	-20.126,7	-22.597,1	-2.470,4	12,3%	-12,5%
VII. Resultado Primário/PIB	-	-	-	-	-
Memorando:					
Resultado do Tesouro Nacional	-4.410,8	1.436,5	5.847,4	-	-91,3%
Resultado do Banco Central	42,6	52,1	9,5	22,4%	17,0%
Resultado da Previdência Social	-20.126,7	-22.597,1	-2.470,4	12,3%	-12,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Em março de 2019, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 21,1 bilhões contra déficit de R\$ 24,5 bilhões em março de 2018. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de R\$ 679,9 milhões (0,7%), com destaque para a elevação de dividendos, principalmente CEF e BB. A despesa total apresentou redução de R\$ 3,8 bilhões (3,2%), concentrada principalmente nas despesas discricionárias.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Março		Variação Nominal		Variação Real	
		2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL		107.353,1	114.097,3	6.744,2	6,3%	1.832,5	1,6%
I.1 - Receita Administrada pela RFB		67.867,8	70.225,8	2.358,0	3,5%	-747,2	-1,1%
I.1.1 Imposto de Importação		3.175,0	3.257,0	82,0	2,6%	-63,2	-1,9%
I.1.2 IPI		4.316,3	4.518,4	202,1	4,7%	4,6	0,1%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	1	27.226,2	29.386,7	2.160,6	7,9%	914,9	3,2%
I.1.4 IOF		2.785,5	2.990,7	205,2	7,4%	77,7	2,7%
I.1.5 COFINS	2	17.913,7	17.993,7	80,0	0,4%	-739,6	-3,9%
I.1.6 PIS/PASEP	3	4.952,5	4.942,7	-9,8	-0,2%	-236,4	-4,6%
I.1.7 CSLL	4	5.460,1	5.349,9	-110,1	-2,0%	-360,0	-6,3%
I.1.8 CIDE Combustíveis		413,0	219,1	-194,0	-47,0%	-212,9	-49,3%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB		1.625,5	1.567,5	-57,9	-3,6%	-132,3	-7,8%
I.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	5	29.454,4	31.190,7	1.736,3	5,9%	388,7	1,3%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		10.031,0	12.680,9	2.650,0	26,4%	2.191,0	20,9%
I.4.1 Concessões e Permissões		139,4	136,4	-3,0	-2,1%	-9,3	-6,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	6	477,4	2.874,1	2.396,7	502,1%	2.374,9	475,7%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.047,3	1.065,2	17,9	1,7%	-30,0	-2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais		1.966,8	2.248,5	281,8	14,3%	191,8	9,3%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.156,3	1.144,5	-11,8	-1,0%	-64,7	-5,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação		1.608,3	1.658,4	50,1	3,1%	-23,5	-1,4%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		788,8	914,5	125,7	15,9%	89,6	10,9%
I.4.8 Operações com Ativos		86,1	89,7	3,5	4,1%	-0,4	-0,5%
I.4.9 Demais Receitas		2.760,6	2.549,7	-210,9	-7,6%	-337,2	-11,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		17.725,5	19.689,0	1.963,5	11,1%	1.152,6	6,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	7	14.326,1	16.193,4	1.867,3	13,0%	1.211,8	8,1%
II.2 Fundos Constitucionais		634,0	789,9	155,9	24,6%	126,9	19,1%
II.2.1 Repasse Total		948,3	1.062,5	114,1	12,0%	70,7	7,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos		-314,4	-272,6	41,8	-13,3%	56,2	-17,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação		974,7	966,9	-7,9	-0,8%	-52,5	-5,1%
II.4 Exploração de Recursos Naturais		1.753,5	1.722,9	-30,6	-1,7%	-110,9	-6,0%
II.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais		37,1	15,9	-21,2	-57,1%	-22,9	-59,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)		89.627,7	94.408,3	4.780,7	5,3%	679,9	0,7%
IV. DESPESA TOTAL		114.122,6	115.516,8	1.394,2	1,2%	-3.827,2	-3,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	8	49.581,1	53.787,8	4.206,7	8,5%	1.938,3	3,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais		25.906,8	27.215,4	1.308,6	5,1%	123,3	0,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias		16.264,7	16.380,9	116,2	0,7%	-628,0	-3,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego		5.719,2	6.030,5	311,3	5,4%	49,6	0,8%
IV.3.2 Anistiados		12,3	13,0	0,7	6,1%	0,2	1,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		51,8	114,5	62,7	121,1%	60,3	111,4%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		4.782,8	5.096,3	313,5	6,6%	94,6	1,9%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		788,8	914,5	125,7	15,9%	89,6	10,9%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)		40,7	84,0	43,3	106,5%	41,5	97,4%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		866,6	680,5	-186,1	-21,5%	-225,8	-24,9%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		37,0	15,5	-21,5	-58,2%	-23,2	-60,1%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		963,9	1.016,2	52,2	5,4%	8,1	0,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		109,4	132,0	22,6	20,7%	17,6	15,4%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.240,2	899,8	-340,4	-27,4%	-397,1	-30,6%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX		159,2	0,0	-159,2	-100,0%	-166,4	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		1.102,3	996,2	-106,1	-9,6%	-156,5	-13,6%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		371,016	261,5	-109,6	-29,5%	-126,5	-32,6%
IV.3.16 Transferências ANA		21,7	8,7	-13,0	-60,1%	-14,0	-61,8%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL		0,0	94,3	94,3	-	94,3	-
IV.3.18 Impacto Primário do FIES		-2,2	23,6	25,8	-	25,9	-
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		22.370,1	18.132,8	-4.237,3	-18,9%	-5.260,8	-22,5%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	9	11.421,3	11.167,9	-253,4	-2,2%	-775,9	-6,5%
IV.4.2 Discricionárias	10	10.948,8	6.964,9	-3.983,9	-36,4%	-4.484,9	-39,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-24.494,9	-21.108,5	3.386,4	-13,8%	4.507,2	-17,6%



Nota 1 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 914,9 milhões / +3,2%): elevação concentrada em IRRF (R\$ 1,2 bilhão). O principal fator explicativo foi a elevação do IRRF-Rendimentos do Trabalho R\$ 1,1 bilhão (10,3%) devido, principalmente, ao crescimento nominal dos recolhimentos ligados às aposentadorias do regime geral e do servidor público (+34,4%).

Nota 2 – COFINS (-R\$ 739,6 milhões / -3,9%): efeito da redução nas alíquotas do PIS/Cofins sobre o óleo diesel e da mudança de sistemática nas compensações tributárias definidas na Lei nº 13.670 de 30 de maio de 2018 que permite compensações cruzadas entre tributos não previdenciários e previdenciários.

Nota 3 – PIS/Pasep (-R\$ 236,4 milhões / -4,6%): mesma explicação da COFINS, ver Nota 2.

Nota 4 – CSLL (-R\$ 360,0 milhões / -6,3%): variação decorrente, principalmente da queda de 20,1% no ajuste anual, o qual ainda reflete a lucratividade obtida durante o ano de 2018.

Nota 5 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 388,7 milhões / +1,3%): efeito combinado do (i) saldo positivo de empregos para fevereiro de 2019 (173.139 empregos); (ii) crescimento das compensações tributárias com ganhos para receita previdenciária por conta da Lei 13.670/18; e (iii) elevação real de 0,24% na massa salarial habitual de fevereiro de 2019 em relação a fevereiro de 2018.

Nota 6 – Dividendos e Participações (+R\$ 2.374,9 milhões / 475,7%): elevação explicada pelo recebimento de R\$ 1,1 bilhão do BB e de R\$ 1,8 bilhão da Caixa em março de 2019 contra o recebimento de R\$ 497,6 milhões do BB em março de 2018.

Nota 7 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 1.211,8 milhões / +8,1%): reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI).

Nota 8 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 1.938,3 milhões / +3,7%): desta elevação R\$ 1,4 bilhão diz respeito ao aumento nas despesas com sentenças judiciais e precatórios. Além disto houve crescimento de 657,0 mil (2,2%) no número benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 8,63 (0,6%).

Nota 9 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 775,9 milhões / -6,5%): a redução deste grupo de despesa ocorreu nos principais grupos de despesa com destaque para o Bolsa Família (- R\$ 298,5 milhões / -11,2%).

Nota 10 – Discricionárias (- R\$ 4.484,9 milhões / -39,2%): as discricionárias, em praticamente todas as funções governo, apresentaram redução real entre março de 2018 e março de 2019. Destaque para as discricionárias da saúde e educação que apresentaram, respectivamente, redução de R\$ 2,6 bilhões (64,9%) e de R\$ 901,7 milhões (39,5%). Para a saúde a redução ocorreu principalmente em ações orçamentárias referentes à transferências a entes (00QR, 8581, 8535). A ação orçamentária 00QR diz respeito a medida provisória nº 815 de 2017, de apoio financeiro aos entes federativos que recebem Fundo de Participação dos Municípios.



Panorama Geral do Resultado do Governo Central – Acumulado no Ano

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Acum. Jan - Mar		Variação (2019/2018)		
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	369.572,8	389.539,6	19.966,8	5,4%	1,3%
II. Transf. por Repartição de Receita	65.483,5	72.912,1	7.428,6	11,3%	7,0%
III. Receita Líquida (I-II)	304.089,3	316.627,6	12.538,2	4,1%	0,1%
IV. Despesa Total	316.960,1	325.934,7	8.974,6	2,8%	-1,2%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-12.870,8	-9.307,2	3.563,6	-27,7%	-31,9%
Tesouro Nacional e Banco Central	36.442,0	42.174,5	5.732,5	15,7%	11,4%
Previdência Social (RGPS)	-49.312,8	-51.481,7	-2.168,9	4,4%	0,2%
VII. Resultado Primário/PIB	-0,8%	-0,5%	-	-	-
Memorando:					
Resultado do Tesouro Nacional	36.576,5	42.079,4	5.502,9	15,0%	10,7%
Resultado do Banco Central	-134,5	95,1	229,6	-	-
Resultado da Previdência Social	-49.312,8	-51.481,7	-2.168,9	4,4%	0,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Comparativamente ao acumulado até março, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 13,3 bilhões em 2018 para déficit de 9,1 bilhões em 2019. Em termos reais, a melhora do resultado decorreu do efeito conjugado da elevação da receita líquida (0,1%) e da redução da despesa (1,2%).

Apesar da receita total ter tido ganhos no período derivados da melhora da atividade econômica e dos indicadores macroeconômicos e setoriais que influenciam a arrecadação, as transferências por repartição de receita tiveram elevação que praticamente anularam esses ganhos. Pelo lado da despesa as maiores variações foram nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira e em Subsídios, Subvenções e Proagro.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Acum. Jan - Mar		Variação Nominal		Variação Real	
		2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL		369.572,8	389.539,6	19.966,8	5,4%	5.050,2	1,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB		244.986,6	252.814,8	7.828,2	3,2%	-2.072,8	-0,8%
I.1.1 Imposto de Importação		9.251,2	10.255,2	1.004,0	10,9%	633,3	6,5%
I.1.2 IPI	1	13.674,9	12.852,7	-822,2	-6,0%	-1.393,6	-9,7%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	2	102.484,6	114.624,0	12.139,5	11,8%	8.089,8	7,5%
I.1.4 IOF		8.663,8	9.289,2	625,4	7,2%	273,5	3,0%
I.1.5 COFINS	3	60.329,4	57.006,0	-3.323,4	-5,5%	-5.821,9	-9,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4	16.508,2	15.950,6	-557,5	-3,4%	-1.238,4	-7,2%
I.1.7 CSLL	5	26.073,7	26.673,4	599,7	2,3%	-439,7	-1,6%
I.1.8 CIDE Combustíveis	6	1.285,3	730,3	-555,0	-43,2%	-611,1	-45,4%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	7	6.715,6	5.433,3	-1.282,3	-19,1%	-1.564,7	-22,2%
I.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	8	88.039,3	95.163,2	7.123,9	8,1%	3.564,5	3,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		36.546,9	41.561,6	5.014,7	13,7%	3.558,6	9,3%
I.4.1 Concessões e Permissões		699,4	775,8	76,4	10,9%	49,4	6,7%
I.4.2 Dividendos e Participações	9	482,8	2.878,4	2.395,6	496,2%	2.373,5	470,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		3.132,4	3.201,9	69,6	2,2%	-58,6	-1,8%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	10	11.830,4	15.103,8	3.273,4	27,7%	2.838,7	22,9%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		3.295,7	4.167,5	871,8	26,5%	744,9	21,6%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação		6.064,1	5.558,0	-506,2	-8,3%	-758,5	-11,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		1.251,7	1.389,4	137,7	11,0%	84,0	6,4%
I.4.8 Operações com Ativos		282,0	288,0	6,0	2,1%	-5,5	-1,9%
I.4.9 Demais Receitas		9.508,4	8.199,0	-1.309,5	-13,8%	-1.709,3	-17,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		65.483,5	72.912,1	7.428,6	11,3%	4.823,6	7,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11	51.771,4	57.280,8	5.509,4	10,6%	3.443,9	6,4%
II.2 Fundos Constitucionais		1.983,0	2.437,8	454,7	22,9%	376,5	18,1%
II.2.1 Repasse Total		3.433,9	3.543,3	109,4	3,2%	-30,3	-0,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos		-1.450,9	-1.105,5	345,4	-23,8%	406,8	-26,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação		3.654,2	3.586,2	-68,0	-1,9%	-215,4	-5,6%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	12	7.422,3	9.172,9	1.750,6	23,6%	1.464,3	18,8%
II.5 CIDE - Combustíveis		424,7	217,3	-207,4	-48,8%	-226,1	-50,7%
II.6 Demais		227,9	217,1	-10,7	-4,7%	-19,7	-8,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)		304.089,3	316.627,6	12.538,2	4,1%	226,6	0,1%
IV. DESPESA TOTAL		316.960,1	325.934,7	8.974,6	2,8%	-4.030,2	-1,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	13	137.352,1	146.644,9	9.292,8	6,8%	3.676,8	2,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais		74.099,4	77.173,1	3.073,7	4,1%	40,0	0,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias		52.519,3	53.127,6	608,3	1,2%	-1.532,7	-2,8%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego		17.045,6	17.740,5	694,9	4,1%	-1,0	0,0%
IV.3.2 Anistiados		46,4	39,8	-6,5	-14,1%	-8,5	-17,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		140,3	155,4	15,1	10,8%	9,0	6,1%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		13.900,5	14.825,6	925,0	6,7%	359,1	2,5%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		1.251,7	1.389,4	137,7	11,0%	84,0	6,4%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	14	91,9	2.247,6	2.155,7	-	2.171,7	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	15	2.644,4	2.258,3	-386,1	-14,6%	-495,5	-17,9%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		104,9	41,8	-63,1	-60,1%	-67,8	-61,7%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		4.843,8	5.174,7	330,9	6,8%	140,7	2,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		320,6	287,9	-32,6	-10,2%	-46,5	-13,8%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		2.815,2	2.378,8	-436,4	-15,5%	-555,7	-18,9%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX		477,5	0,0	-477,5	-100,0%	-500,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		1.606,3	1.243,1	-363,2	-22,6%	-435,1	-25,9%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	16	6.604,654	5.021,2	-1.583,5	-24,0%	-1.855,8	-26,8%
IV.3.16 Transferências ANA		64,7	23,1	-41,6	-64,2%	-44,5	-65,7%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL		217,9	161,0	-56,9	-26,1%	-66,7	-29,2%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES		343,1	139,4	-203,7	-59,4%	-220,0	-61,1%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		52.989,3	48.989,2	-4.000,1	-7,5%	-6.214,4	-11,2%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	17	31.486,0	30.847,5	-638,5	-2,0%	-1.945,6	-5,9%
IV.4.2 Discricionárias	18	21.503,3	18.141,7	-3.361,6	-15,6%	-4.268,7	-19,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-12.870,8	-9.307,2	3.563,6	-27,7%	4.256,8	-31,9%



Nota 1 – IPI (-R\$ 1.393,6 milhões / - 9,7%): Redução de R\$ 2,7 bilhões em IPI-outras parcialmente compensada pela elevação pela elevação nos IPI-Fumo, IPI-Bebidas, IPI-Automóveis e IPI-Vinculado à importação. A redução em IPI-outras foi influenciada pela redução de 1,41% na produção industrial de dezembro de 2018 a março de 2019 em comparação com dezembro de 2017 a março de 2018.

Nota 2 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 8.089,8 milhões / + 7,5%): elevação concentrada em IRRF – Rendimentos do Trabalho (+ R\$ 3,5 bilhões) devido, principalmente aos ganhos reais na arrecadação de Rendimentos do Trabalho Assalariado (6,09%). Além disto ainda houve ganhos expressivos em IRRF – Remessas ao Exterior (+ R\$ 1,3 bilhão) e no IRPJ (+ R\$ 2,1 bilhões). O crescimento do IRPJ foi influenciado pelo incremento na arrecadação referente à estimativa mensal relativa a empresas não financeira e pelo recolhimento extraordinário em fevereiro de 2019, por diversas empresas, da ordem de R\$ 4,6 bilhões.

Nota 3 – COFINS (-R\$ 5.821,9 milhões / - 9,2%): efeito combinado da arrecadação em PERT/PRT em janeiro de 2018 sem contrapartida em 2019, da reclassificação de receitas em janeiro de 2019 (ver relatório de jan/2019) e da redução de alíquota do PIS/COFINS sobre o óleo diesel.

Nota 4 – PIS/PASEP (-R\$ 1.238,4 milhões / -7,2%): mesma explicação da COFINS, ver Nota 3.

Nota 5 – CSLL (-R\$ 439,7 milhões / - 1,6%): mesma explicação do IRPJ, ver Nota 2.

Nota 6 - CIDE Combustíveis (-R\$ 611,1 milhões / - 45,4%): efeito da isenção da CIDE Combustíveis sobre o diesel a partir de junho de 2018.

Nota 7 - Outras Receitas Administrada pela RFB (-R\$ 1.564,7 milhões / - 22,2%): variação explicada (i) pela redução dos recolhimentos no Programa de Regularização Tributária (PRT/PERT); (ii) pela elevação nominal de 86,20% em depósitos judiciais e (iii) pela redução nominal de 0,49% na arrecadação de loterias.

Nota 8 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 3.564,5 milhões / +3,9%): elevação explicada em parte pela mudança de sistemática nas compensações tributárias definidas na Lei nº 13.670 de 30 de maio de 2018 que permite compensações cruzadas entre tributos não previdenciários e previdenciários.

Nota 9 – Dividendos e Participações (+R\$ 2.373,5 milhões / + 470,1%): elevação explicada pelo recebimento de R\$ 1,1 bilhão do BB e de R\$ 1,8 bilhão da Caixa em março de 2019 contra o recebimento de R\$ 497,6 milhões do BB em março de 2018.

Nota 10 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 2.838,7 milhões / +22,9%): efeito, principalmente, da elevação da taxa de câmbio média de janeiro a março entre 2018 e 2019.

Nota 11 – FPM / FPE / IPI-EE (+R\$ 3.443,3 milhões / +6,4%): reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI).

Nota 12 - Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 1.464,3 milhões / +18,8%): devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais (ver Nota 10).

Nota 13 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 3.676,8 milhões / +2,6%): desta elevação R\$ 1,9 bilhão diz respeito ao aumento nas despesas com sentenças judiciais e precatórios. Além disto houve crescimento de 604,8 mil (2,1%) no número benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 7,39 (0,6%).

Nota 14 – Créditos Extraordinários (exceto PAC) (+R\$ 2.171,7 milhões): devido, principalmente, da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel (Medida Provisória nº 838, de 2018)

Nota 15 - Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (-R\$ 495,5 milhões / -17,9%): devido a reoneração parcial da folha (Lei 13.670/18) cujo efeito econômico começou no segundo semestre de 2018.

Nota 16 – Subsídios, Subvenções e Proagro (-R\$ 1.855,8 milhões / -26,8%): apesar da redução ser concentrada no Programa de Sustentação ao Investimento - PSI (-R\$ 1,1 bilhão) que deixou de ter novos



contratos em 2015, quase todos os programas de subsídio vêm apresentando redução. Esse resultado decorre, principalmente, da redução da taxa básica de juros.

Nota 17 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (-R\$ 1.945,6 milhões / -5,9%): as despesas obrigatórias com controle de fluxo de saúde foram as principais responsáveis por essa redução (-R\$ 1,6 bilhão / -7,7%).

Nota 18 – Discricionárias (-R\$ 4.268,7 milhões / -19,0%): as despesas discricionárias com saúde foram as principais responsáveis por essa redução (-R\$ 3,1 bilhões / -45,4%). Ver Nota 10 da seção anterior.

Acompanhamento da Programação Orçamentária-Financeira do Governo Central

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	LOA	Avaliação 1º Bimestre (a)	Acum. Jan - Mar (b)	Programado Abr - Dez (a - b)
I. RECEITA TOTAL	1.574.860,9	1.545.120,6	392.301,8	1.152.818,8
I.1 - Receita Administrada pela RFB	961.808,3	950.648,1	254.657,2	695.990,9
I.1.1 Imposto de Importação	47.057,3	41.390,8	10.324,3	31.066,4
I.1.2 IPI	62.208,4	56.248,2	12.933,4	43.314,9
I.1.3 Imposto sobre a Renda	375.707,8	386.748,8	115.501,7	271.247,1
I.1.4 IOF	39.719,0	39.144,7	9.349,1	29.795,5
I.1.5 COFINS	265.461,4	256.454,5	57.386,3	199.068,3
I.1.6 PIS/PASEP	71.251,3	68.719,7	16.057,5	52.662,1
I.1.7 CSLL	75.180,9	77.623,8	26.897,1	50.726,7
I.1.8 CIDE Combustíveis	2.837,9	2.714,0	735,4	1.978,7
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	22.384,3	21.603,5	5.472,4	16.131,1
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-0,2	0,0	-0,2
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	419.812,3	413.081,6	95.783,0	317.298,7
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	193.240,4	181.391,0	41.861,6	139.529,4
I.4.1 Concessões e Permissões	15.630,5	16.922,7	782,7	16.140,0
I.4.2 Dividendos e Participações	7.489,3	6.719,6	2.878,4	3.841,2
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	14.680,6	14.521,6	3.222,5	11.299,1
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	73.295,9	61.680,5	15.245,3	46.435,3
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	14.843,2	14.836,8	4.197,0	10.639,8
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	21.622,2	21.972,3	5.596,7	16.375,6
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5.984,8	5.345,9	1.395,0	3.950,9
I.4.8 Operações com Ativos	1.157,4	1.115,2	289,9	825,3
I.4.9 Demais Receitas	38.536,5	38.276,4	8.254,1	30.022,3
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	275.157,9	271.599,2	73.414,9	198.184,3
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	207.071,4	208.742,5	57.673,8	151.068,7
II.2 Fundos Constitucionais	8.113,4	9.159,7	2.453,8	6.706,0
II.2.1 Repasse Total	13.137,5	13.483,3	3.566,7	9.916,6
II.2.2 Superávit dos Fundos	-5.024,0	-4.323,5	-1.112,9	-3.210,6
II.3 Contribuição do Salário Educação	12.973,3	13.183,4	3.611,8	9.571,6
II.4 Exploração de Recursos Naturais	44.664,7	38.061,2	9.236,3	28.824,9
II.5 CIDE - Combustíveis	821,4	779,7	219,9	559,8
II.6 Demais	1.513,7	1.672,7	219,4	1.453,3
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.299.703,0	1.273.521,4	318.886,9	954.634,5
IV. DESPESA TOTAL	1.438.693,0	1.412.521,4	327.975,5	1.084.546,0
IV.1 Benefícios Previdenciários	637.851,9	631.157,9	147.541,0	483.616,9
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	324.937,0	326.152,7	77.660,8	248.491,9
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	207.030,1	212.935,3	53.496,9	159.438,5
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	59.831,2	56.672,7	17.853,7	38.819,1
IV.3.2 Anistiados	275,2	275,2	40,1	235,1
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	894,8	899,8	155,9	743,9
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	60.234,3	59.682,4	14.919,3	44.763,0
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5.984,8	5.345,9	1.395,0	3.950,9
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,0	6.525,5	2.267,9	4.257,6
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	9.973,9	10.200,7	2.274,5	7.926,2
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	950,8	950,8	42,1	908,7
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	15.248,8	15.037,0	5.219,5	9.817,5
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	1.634,9	1.612,3	289,3	1.323,0
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.267,0	13.352,7	2.392,2	10.960,5
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	17.518,9	17.518,9	1.245,5	16.273,4
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.482,670	20.375,114	5.077,1	15.298,0
IV.3.16 Transferências ANA	281,7	289,4	23,3	266,1
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	946,2	938,5	161,5	777,0
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	2.505,1	3.258,5	140,1	3.118,4
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira	268.873,9	242.275,4	49.276,7	192.998,7
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	139.494,7	142.678,7	31.033,0	111.645,7
IV.4.2 Discricionárias	129.379,2	99.596,7	18.243,8	81.353,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL				0,0
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-138.990,0	-139.000,0	-9.088,6	-129.911,4
Memorando				
Limite EC 95	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6	1.407.052,6
Total Despesas Sujeitas ao Teto	1.406.990,8	1.405.357,3	318.140,7	1.087.216,6

Boxe 1 – Despesas Indexadas – Crescimento Automático do Gasto Público

A despesa pública brasileira possui grau elevado de rigidez², com a despesa obrigatória atingindo um patamar de 90,5% dos gastos primários totais do Governo Central, conforme dados do RTN. Outro aspecto marcante da despesa primária do Governo Central e relevante na determinação de sua dinâmica é o seu alto grau de indexação. Em outras palavras, grande parte da despesa primária tende a crescer automaticamente, independentemente de haver novos fatos geradores.

Conforme tabela abaixo, estima-se que, em 2019, a despesa primária indexada atingirá 67,7% da despesa primária total, o que representaria seu máximo histórico.

Tabela 1: Participação das Despesas Indexadas nas Despesas Primárias Totais do Gov. Central

Itens da Despesa	2016		2017		2018		2019*	
	R\$ milhões	% do Total Indexado						
Benefícios Previdenciários	507.871,28	40,6%	557.234,83	43,6%	586.378,75	43,4%	631.157,91	44,7%
LOAS/RMV	48.990,08	3,9%	53.744,20	4,2%	56.156,04	4,2%	59.682,37	4,2%
Abono e Seguro Desemprego	56.013,76	4,5%	54.508,07	4,3%	53.553,32	4,0%	56.672,72	4,0%
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	537,27	0,0%	571,53	0,0%	614,96	0,0%	899,83	0,1%
FCDF - Pessoal	10.854,24	0,9%	11.392,36	0,9%	12.033,51	0,9%	12.487,83	0,9%
FCDF - OCC	1.174,22	0,1%	1.458,05	0,1%	1.597,82	0,1%	1.612,28	0,1%
Mínimo Educação Requerido	46.582,83	3,7%	48.980,97	3,8%	50.450,39	3,7%	52.665,20	3,7%
Mínimo Saúde Requerido	95.366,61	7,6%	109.088,15	8,5%	112.360,79	8,3%	117.293,40	8,3%
Emendas Individuais	4.047,14	0,3%	4.259,58	0,3%	4.387,36	0,3%	4.579,97	0,3%
Emendas de Bancada	3.372,00	0,3%	4.259,58	0,3%	4.387,36	0,3%	4.579,97	0,3%
Fundeb - Complementação da União	13.674,85	1,1%	13.070,92	1,0%	13.814,69	1,0%	15.036,97	1,1%
Total - Indexadas	788.484,27	63,1%	858.568,23	67,1%	895.735,01	66,3%	956.668,45	67,7%
Total - Despesas Primárias	1.249.393,19		1.279.007,76		1.351.756,72		1.412.521,42	

A partir do estabelecimento do Teto dos Gastos (Emenda Constitucional - EC -95), pode-se dizer que qualquer indexação em valor superior à variação do IPCA (julho a junho) leva ao aumento da parcela da despesa indexada. Segundo a evolução dos indexadores esse parece ser o caso para 2019.

Quadro 1: Indexadores 2019

INPC	3,43%
Var. Salário Mínimo	4,61%
Var. Receita Corrente Líquida (Jul/17 - Jun/18)	4,55%
IPCA (Jul 17 - Jun 18)	4,39%

O Quadro 1 acima apresenta os indexadores que impactaram a despesa primária de 2019. Percebe-se que tanto o salário mínimo quanto a receita corrente líquida tiveram variações superiores ao índice que corrige o do Teto de 2019 (variação do IPCA de jul/17 a jun/18). Isso significa que as despesas ajustadas por esses indexadores passarão a consumir uma parcela do teto de gastos superior ao que consumiram em 2018, o que explica o crescimento em 2019 da proporção das despesas indexadas sobre a despesa total. Por outro lado, a variação do INPC foi inferior ao IPCA.

² Em ranking publicado pela Moody's em 2017 o Brasil foi o país da América Latina com maior grau de rigidez (ver apresentação RTN Dez/2017).



Quadro 2: Principais Indexadores

Benefícios Previdenciários	Salário Mínimo e INPC
LOAS/RMV	Salário Mínimo
Abono e Seguro Desemprego	Salário Mínimo e INPC
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	Diversos
FCDF - Pessoal	Receita Corrente Líquida
FCDF - OCC	Receita Corrente Líquida
Mínimo Educação Requerido	IPCA (jul a jun)
Mínimo Saúde Requerido	IPCA (jul a jun)
Emendas Individuais	IPCA (jul a jun)
Emendas de Bancada	IPCA (jul a jun)
Fundeb - Complementação da União	Receita Resultante de Impostos

De acordo com o Quadro 2, as despesas e receitas previdenciárias são afetadas diretamente pelo INPC e pelo salário mínimo, sendo este último o piso dos benefícios previdenciários. Por sua vez, a variação do INPC é o fator de reajuste dos benefícios previdenciários acima do salário mínimo e das faixas de contribuição e, desta forma, seu valor impacta as despesas e as receitas previdenciárias. Os benefícios assistenciais (Renda Mensal Vitalícia – RMV e Benefício de Prestação Continuada – BPC) e o abono salarial são afetados diretamente pelo SM e indiretamente pelo INPC, uma vez que este índice atualmente compõe o índice de correção do salário mínimo. Já o seguro-desemprego é afetado diretamente pelos dois índices, uma vez que o piso para o pagamento do benefício é definido no valor de um salário mínimo e o teto reajustado pela variação do INPC.

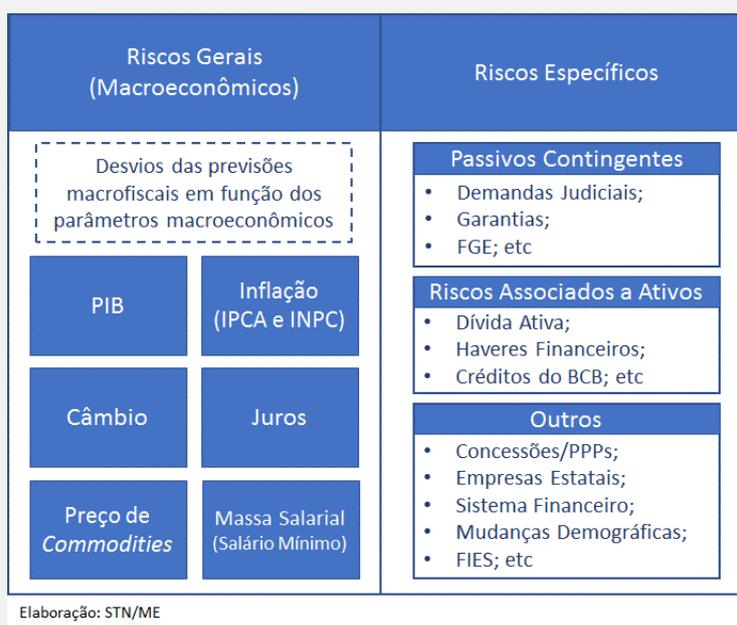
O valor repassado para o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) é corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida da União (lei 10.633/2002). Por sua vez, os Benefícios de Legislação Especial e Indenizações englobam diversos benefícios, cada um com uma regra própria para o reajuste, com a maior parte atualizada de acordo com o valor do salário mínimo. Em relação às emendas individuais e às aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, a Emenda Constitucional 95/2016 estabeleceu que o reajuste será pela variação do IPCA acumulada em 12 meses até junho do ano anterior (enquanto estiver em vigor a EC 95). As emendas de bancada seguiram essa mesma regra de indexação, conforme estabelecido na LDO-2018 e no PLDO-2019. Por fim, a Complementação da União ao Fundeb depende do valor aportado ao Fundeb por Estados e Municípios, o que, por sua vez, está indexado à receita de impostos.

Em suma, o percentual de despesas obrigatórias ultrapassa 90% dos gastos primários e cerca de dois terços da despesa do Governo Central é indexada, ou seja, possui regras que estabelecem seu crescimento automático. A proporção de despesas indexadas pode ainda aumentar, uma vez que há componentes das despesas obrigatórias que podem crescer acima da inflação, enquanto o total das despesas primárias cresce, no máximo, pela inflação conforme norma estabelecida na "Regra do Teto". Desse modo, caso não sejam implementadas medidas que reduzam as regras de crescimento das despesas obrigatórias, o orçamento brasileiro não somente se tornará cada vez mais rígido, bem como cada vez mais indexado, o que reduz a capacidade do governo de promover ações para melhoria da eficiência alocativa do gasto público, mesmo em um horizonte temporal de médio e longo prazo.

Boxe 2 – O Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2020

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) coordenou a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (ARF) do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020³. O ARF tem o propósito de avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem. O Anexo está dividido em dois grupos de riscos: os macroeconômicos (gerais), que avaliam os efeitos nas contas públicas resultantes de variações nos parâmetros econômicos utilizados para a produção das previsões fiscais (receitas e despesas); e os específicos, que dizem respeito aos passivos contingentes do governo e aos riscos associados aos ativos, relacionados a eventos que ocorrem de maneira irregular.

Quadro 1: Organograma de Riscos Fiscais



Dando continuidade às melhorias realizadas nas edições anteriores, a STN implementou algumas inovações a fim de prover maior clareza, funcionalidade e efetividade no mapeamento de riscos fiscais. Buscou-se a consolidação das informações com abordagem mais objetiva e harmônica, distinguindo, por exemplo, os impactos primários e os financeiros, bem como as informações que representam fluxos e estoques. Além disso, o relatório apresenta Sumário Executivo com o resumo das principais mensagens do Anexo e com a base de atuação de todos os riscos específicos consolidados.

Entre os diversos riscos apontados no Anexo, destacam-se os seguintes:

- Sensibilidade da Receita e Despesa Primária à Parâmetros Macroeconômicos:

Item	Variação de 1 p.p.					Variação de R\$ 1,00
	PIB real	Inflação (IER)*	Massa Salarial	Câmbio e Juros	INPC	Salário Mínimo
Receita Previdenciária (var. %)	0,13%	0,13%	0,80%	0,10%	-	-
Demais Receitas Administradas (var %)	0,64%	0,61%	0,06%	0,03%	-	-
Total Receitas (R\$ bilhões)	7,1	6,8	4,1	1,3	-	-
Despesas Primárias (R\$ bilhões)	-	-	-	-	7,3	0,3

* O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI

³ A versão integral do Anexo de Riscos Fiscais de 2020 enviada para o Congresso Nacional, pode ser consultada em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ldo/LDO2020/proposta/Anexos/Anexo_V.pdf

- A redução de 1 p.p. na variação esperada do IPCA causa uma redução de R\$ 14,1 bilhões no Teto de Gastos (EC nº 95);
- Os cenários de estresse apresentados no ARF mostram que o resultado primário do Governo Central, no ano de 2020, pode ser em torno de R\$ 65 bilhões superior ou inferior à meta estabelecida (R\$ -124,1 bilhões);
- As demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível apresentaram expressiva elevação no último ano, alcançando, em dez/18, o estoque de potencial impacto de R\$ 1.528 bilhões, o que representa uma elevação de 27,9% em relação ao número publicado no PLDO/2019;
- As operações de crédito garantidas pela União possuem um saldo devedor de R\$ 258,2 bilhões, representando um crescimento de 263% no período de dezembro de 2012 a dezembro de 2018;
- Os passivos contingentes em fase de reconhecimento – dívidas decorrentes da extinção de entidades, dívidas diretas e dívidas decorrentes do FCVS - apresentam previsão de regularização da ordem de R\$ 18,9 bilhões para 2019 e R\$ 13,9 bilhões para 2020, com estoque estimado de R\$ 121,76 bilhões.

O ARF contribui para a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas de médio prazo ao identificar e monitorar a variação dos estoques associados a Riscos Específicos que têm o potencial de se materializar em algum momento no futuro. A Tabela abaixo consolida a base de incidência dos Riscos Fiscais Específicos relacionados por grupos de riscos, classificados pelo tipo de impacto potencial, financeiro ou primário.

Tabela 1: Base de Atuação dos Riscos Fiscais Específicos Consolidados

Em R\$ milhões

Item	Impacto Financeiro (F) Primário (P)	Tipo de Impacto Potencial	Estoque		% do Total Geral 2018	Fluxos	
			2017	2018		2019	2020
Passivos contingentes da União a regularizar	F	↑ despesa	102.400,00	121.760,50	3,50%	18.941,20	13.869,00
Dívidas Garantidas pela União	F	↑ despesa	233.348,93	258.226,55	7,30%	8.426,26	10.963,99
Créditos do BCB	F	↓ receita	28.075,60	24.824,10	0,70%	ND	ND
Haveres Financeiros Rel. a Entes Federativos	F	↓ receita	580.397,90	621.427,90	17,60%	24.239,00	24.286,30
Haveres Financeiros Não Rel. a Entes Federativos	F	↓ receita	510.068,90	395.132,40	11,20%	38.382,40	35.289,60
Subtotal Financeiro			1.454.291,33	1.421.371,45	40,3%	89.988,86	84.408,89
Seguro de Crédito à Exportação ¹	P	↑ despesa	60.223,47	51.898,05	1,50%	ND	ND
Passivos relacionados a Demandas Judiciais	P	↑ despesa / ↓ receita	1.195.090,00	1.528.000,00	43,30%	ND	ND
Passivos relacionados aos Fundos Constitucionais	P	↑ despesa	15.912,10	16.327,60	0,50%	1.271,70	1.295,70
Concessão de crédito do Fies ²	P	↑ despesa	85.590,50	110.655,90	3,10%	ND	ND
Dívida Ativa ²	P	↓ receita	ND	397.617,00	11,30%	ND	ND
Concessões e PPPs ³	P	↓ receita	NA	NA	-	16.923,00	ND
Dividendos das Estatais ³	P	↓ receita	NA	NA	-	6.720,00	ND
Subtotal Primário			1.356.816,07	2.104.498,55	59,7%	24.914,70	1.295,70
Total Geral	P e F		2.811.107,40	3.525.870,00	100%	114.903,56	85.704,59

NA: Não Aplicável ND - Não Disponível

(1) O valor do Seguro de Crédito à Exportação está referenciado em dólar e foi convertido pela taxa de câmbio do último dia útil do mês.

(2) Impacto predominantemente primário

(3) Os dados dos fluxos correspondentes a 2019 em Concessões e PPPs e Dividendos de Estatais foram obtidos a partir do Relatório Bimestral de Avaliação de receitas e despesas primárias.

Elaboração: STN/ME.



Cumprir destacar que o monitoramento dos riscos fiscais no exercício 2020 se realizará ao longo da execução financeira do orçamento, em alinhamento ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que disciplina o processo de revisões bimestrais de receitas e despesas primárias e estabelece que os Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira no montante necessário compatível com o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Tabela 1.1. Receitas Primárias do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Março		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL	107.353,1	114.097,3	6.744,2	6,3%	1.832,5	1,6%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.867,8	70.225,8	2.358,0	3,5%	-747,2	-1,1%
I.1.1 Imposto de Importação	3.175,0	3.257,0	82,0	2,6%	-63,2	-1,9%
I.1.2 IPI	4.316,3	4.518,4	202,1	4,7%	4,6	0,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	419,6	441,2	21,6	5,1%	2,4	0,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	224,2	284,7	60,5	27,0%	50,3	21,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	382,9	566,9	184,1	48,1%	166,5	41,6%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.328,7	1.454,0	125,3	9,4%	64,5	4,6%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.961,0	1.771,6	-189,3	-9,7%	-279,1	-13,6%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	27.226,2	29.386,7	2.160,6	7,9%	914,9	3,2%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.401,2	1.437,6	36,4	2,6%	-27,7	-1,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	8.856,3	9.048,7	192,4	2,2%	-212,8	-2,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	16.968,7	18.900,4	1.931,7	11,4%	1.155,4	6,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.828,7	11.338,7	1.510,1	15,4%	1.060,4	10,3%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.543,5	3.603,0	59,5	1,7%	-102,7	-2,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.774,6	3.013,4	238,8	8,6%	111,9	3,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	821,9	945,3	123,4	15,0%	85,8	10,0%
I.1.4 IOF	2.785,5	2.990,7	205,2	7,4%	77,7	2,7%
I.1.5 Cofins	17.913,7	17.993,7	80,0	0,4%	-739,6	-3,9%
I.1.6 PIS/PASEP	4.952,5	4.942,7	-9,8	-0,2%	-236,4	-4,6%
I.1.7 CSLL	5.460,1	5.349,9	-110,1	-2,0%	-360,0	-6,3%
I.1.8 CIDE Combustíveis	413,0	219,1	-194,0	-47,0%	-212,9	-49,3%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	1.625,5	1.567,5	-57,9	-3,6%	-132,3	-7,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.454,4	31.190,7	1.736,3	5,9%	388,7	1,3%
I.3.1 Urbana	28.690,6	30.555,0	1.864,4	6,5%	551,7	1,8%
I.3.2 Rural	763,8	635,7	-128,1	-16,8%	-163,0	-20,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	10.031,0	12.680,9	2.650,0	26,4%	2.191,0	20,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	139,4	136,4	-3,0	-2,1%	-9,3	-6,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	477,4	2.874,1	2.396,7	502,1%	2.374,9	475,7%
I.4.2.1 Banco do Brasil	475,8	1.087,2	611,4	128,5%	589,6	118,5%
I.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.4 Caixa	0,0	1.766,8	1.766,8	-	1.766,8	-
I.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.9 Demais	1,5	20,0	18,5	-	18,4	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.047,3	1.065,2	17,9	1,7%	-30,0	-2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	1.966,8	2.248,5	281,8	14,3%	191,8	9,3%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.156,3	1.144,5	-11,8	-1,0%	-64,7	-5,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.608,3	1.658,4	50,1	3,1%	-23,5	-1,4%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	788,8	914,5	125,7	15,9%	89,6	10,9%
I.4.8 Operações com Ativos	86,1	89,7	3,5	4,1%	-0,4	-0,5%
I.4.9 Demais Receitas	2.760,6	2.549,7	-210,9	-7,6%	-337,2	-11,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.725,5	19.689,0	1.963,5	11,1%	1.152,6	6,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.326,1	16.193,4	1.867,3	13,0%	1.211,8	8,1%
II.2 Fundos Constitucionais	634,0	789,9	155,9	24,6%	126,9	19,1%
II.2.1 Repasse Total	948,3	1.062,5	114,1	12,0%	70,7	7,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-314,4	-272,6	41,8	-13,3%	56,2	-17,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	974,7	966,9	-7,9	-0,8%	-52,5	-5,1%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	1.753,5	1.722,9	-30,6	-1,7%	-110,9	-6,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	37,1	15,9	-21,2	-57,1%	-22,9	-59,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	89.627,7	94.408,3	4.780,7	5,3%	679,9	0,7%

Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central - Acum. no ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Acum. Jan - Mar		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL	369.572,8	389.539,6	19.966,8	5,4%	5.050,2	1,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	244.986,6	252.814,8	7.828,2	3,2%	-2.072,8	-0,8%
I.1.1 Imposto de Importação	9.251,2	10.255,2	1.004,0	10,9%	633,3	6,5%
I.1.2 IPI	13.674,9	12.852,7	-822,2	-6,0%	-1.393,6	-9,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.408,9	1.596,7	187,9	13,3%	132,5	9,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	769,5	1.118,0	348,5	45,3%	320,3	39,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.089,8	1.511,6	421,9	38,7%	379,5	33,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	3.820,2	4.474,9	654,7	17,1%	502,9	12,6%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.586,6	4.151,5	-2.435,1	-37,0%	-2.729,0	-39,5%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	102.484,6	114.624,0	12.139,5	11,8%	8.089,8	7,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	4.372,3	4.972,2	599,9	13,7%	426,0	9,3%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	43.044,4	46.815,2	3.770,8	8,8%	2.081,5	4,6%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	55.067,9	62.836,7	7.768,8	14,1%	5.582,3	9,7%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	31.255,1	35.961,3	4.706,2	15,1%	3.462,7	10,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	11.876,0	12.966,7	1.090,7	9,2%	616,9	5,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	8.763,3	10.440,6	1.677,3	19,1%	1.335,1	14,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.173,6	3.468,1	294,6	9,3%	167,6	5,0%
I.1.4 IOF	8.663,8	9.289,2	625,4	7,2%	273,5	3,0%
I.1.5 Cofins	60.329,4	57.006,0	-3.323,4	-5,5%	-5.821,9	-9,2%
I.1.6 PIS/PASEP	16.508,2	15.950,6	-557,5	-3,4%	-1.238,4	-7,2%
I.1.7 CSLL	26.073,7	26.673,4	599,7	2,3%	-439,7	-1,6%
I.1.8 CIDE Combustíveis	1.285,3	730,3	-555,0	-43,2%	-611,1	-45,4%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	6.715,6	5.433,3	-1.282,3	-19,1%	-1.564,7	-22,2%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	88.039,3	95.163,2	7.123,9	8,1%	3.564,5	3,9%
I.3.1 Urbana	85.788,2	93.319,9	7.531,7	8,8%	4.067,7	4,5%
I.3.2 Rural	2.251,2	1.843,3	-407,9	-18,1%	-503,2	-21,3%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	36.546,9	41.561,6	5.014,7	13,7%	3.558,6	9,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	699,4	775,8	76,4	10,9%	49,4	6,7%
I.4.2 Dividendos e Participações	482,8	2.878,4	2.395,6	496,2%	2.373,5	470,1%
I.4.2.1 Banco do Brasil	475,8	1.087,2	611,4	128,5%	589,6	118,5%
I.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.4 Caixa	0,0	1.766,8	1.766,8	-	1.766,8	-
I.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.9 Demais	6,9	24,3	17,3	250,1%	17,1	234,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.132,4	3.201,9	69,6	2,2%	-58,6	-1,8%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	11.830,4	15.103,8	3.273,4	27,7%	2.838,7	22,9%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	3.295,7	4.167,5	871,8	26,5%	744,9	21,6%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	6.064,1	5.558,0	-506,2	-8,3%	-758,5	-11,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.251,7	1.389,4	137,7	11,0%	84,0	6,4%
I.4.8 Operações com Ativos	282,0	288,0	6,0	2,1%	-5,5	-1,9%
I.4.9 Demais Receitas	9.508,4	8.199,0	-1.309,5	-13,8%	-1.709,3	-17,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	65.483,5	72.912,1	7.428,6	11,3%	4.823,6	7,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	51.771,4	57.280,8	5.509,4	10,6%	3.443,9	6,4%
II.2 Fundos Constitucionais	1.983,0	2.437,8	454,7	22,9%	376,5	18,1%
II.2.1 Repasse Total	3.433,9	3.543,3	109,4	3,2%	-30,3	-0,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.450,9	-1.105,5	345,4	-23,8%	406,8	-26,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.654,2	3.586,2	-68,0	-1,9%	-215,4	-5,6%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	7.422,3	9.172,9	1.750,6	23,6%	1.464,3	18,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	424,7	217,3	-207,4	-48,8%	-226,1	-50,7%
II.6 Demais	227,9	217,1	-10,7	-4,7%	-19,7	-8,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	304.089,3	316.627,6	12.538,2	4,1%	226,6	0,1%

Tabela 2.1. Despesas Primárias do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Março		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
IV. DESPESA TOTAL	114.122,6	115.516,8	1.394,2	1,2%	-3.827,2	-3,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.581,1	53.787,8	4.206,7	8,5%	1.938,3	3,7%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	39.118,7	42.593,7	3.475,0	8,9%	1.685,2	4,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	4.340,3	5.629,4	1.289,1	29,7%	1.090,5	24,0%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.462,3	11.194,1	731,7	7,0%	253,1	2,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.166,6	1.488,2	321,6	27,6%	268,3	22,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.906,8	27.215,4	1.308,6	5,1%	123,3	0,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	3.732,7	3.943,3	210,6	5,6%	39,8	1,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	16.264,7	16.380,9	116,2	0,7%	-628,0	-3,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.719,2	6.030,5	311,3	5,4%	49,6	0,8%
Abono	2.718,9	2.960,0	241,1	8,9%	116,7	4,1%
Seguro Desemprego	3.000,2	3.070,5	70,2	2,3%	-67,0	-2,1%
d/q Seguro Defeso	514,1	508,9	-5,1	-1,0%	-28,6	-5,3%
IV.3.2 Anistiados	12,3	13,0	0,7	6,1%	0,2	1,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	51,8	114,5	62,7	121,1%	60,3	111,4%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.782,8	5.096,3	313,5	6,6%	94,6	1,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	195,9	233,8	37,9	19,3%	28,9	14,1%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	788,8	914,5	125,7	15,9%	89,6	10,9%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	40,7	84,0	43,3	106,5%	41,5	97,4%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	866,6	680,5	-186,1	-21,5%	-225,8	-24,9%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	37,0	15,5	-21,5	-58,2%	-23,2	-60,1%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	1.016,2	52,2	5,4%	8,1	0,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	109,4	132,0	22,6	20,7%	17,6	15,4%
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.240,2	899,8	-340,4	-27,4%	-397,1	-30,6%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	159,2	0,0	-159,2	-100,0%	-166,4	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.102,3	996,2	-106,1	-9,6%	-156,5	-13,6%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	371.016	261,5	-109,6	-29,5%	-126,5	-32,6%
Equalização de custeio agropecuário	9.014	14,9	5,9	65,3%	5,5	58,1%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	0,488	0,2	-0,3	-63,9%	-0,3	-65,5%
Política de preços agrícolas	43,441	7,6	-35,9	-82,6%	-37,9	-83,3%
Pronaf	51,401	13,5	-37,9	-73,8%	-40,3	-74,9%
Proex	61,289	48,4	-12,9	-21,1%	-15,7	-24,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	19,939	14,7	-5,2	-26,1%	-6,1	-29,3%
Fundo da terra/ INCRA	39,110	-6,4	-45,5	-	-47,3	-
Funcafé	16,964	4,7	-12,3	-72,5%	-13,1	-73,8%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,450	1,0	-0,5	-33,7%	-0,6	-36,6%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	135,021	99,3	-35,7	-26,4%	-41,9	-29,7%
Sudene	0,000	1,5	1,5	-	1,5	-
Proagro	0,000	62,2	62,2	-	62,2	-
Outros Subsídios e Subvenções	-7,101	0,0	7,1	-100,0%	7,4	-100,0%
IV.3.16 Transferências ANA	21,7	8,7	-13,0	-60,1%	-14,0	-61,8%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	0,0	94,3	94,3	-	94,3	-
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	-2,2	23,6	25,8	-	25,9	-
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira	22.370,1	18.132,8	-4.237,3	-18,9%	-5.260,8	-22,5%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.421,3	11.167,9	-253,4	-2,2%	-775,9	-6,5%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.070,4	1.083,7	13,2	1,2%	-35,7	-3,2%
IV.4.1.1.2 Bolsa Família	2.544,4	2.362,3	-182,1	-7,2%	-298,5	-11,2%
IV.4.1.1.3 Saúde	7.000,9	7.140,0	139,1	2,0%	-181,2	-2,5%
IV.4.1.1.4 Educação	558,9	395,1	-163,8	-29,3%	-189,4	-32,4%
IV.4.1.1.5 Demais	246,6	186,8	-59,8	-24,2%	-71,1	-27,6%
IV.4.2 Discricionárias	10.948,8	6.964,9	-3.983,9	-36,4%	-4.484,9	-39,2%
IV.4.2.1 Saúde	3.811,6	1.398,4	-2.413,2	-63,3%	-2.587,6	-64,9%
IV.4.2.2 Educação	2.180,5	1.378,5	-801,9	-36,8%	-901,7	-39,5%
IV.4.2.3 Defesa	571,2	626,2	55,1	9,6%	28,9	4,8%
IV.4.2.4 Transporte	812,0	667,4	-144,6	-17,8%	-181,7	-21,4%
IV.4.2.5 Administração	514,8	384,3	-130,5	-25,3%	-154,0	-28,6%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	314,7	172,6	-142,1	-45,1%	-156,5	-47,5%
IV.4.2.7 Segurança Pública	365,7	261,6	-104,1	-28,5%	-120,9	-31,6%
IV.4.2.8 Assistência Social	187,7	151,6	-36,1	-19,2%	-44,7	-22,8%
IV.4.2.9 Demais	2.190,6	1.924,2	-266,4	-12,2%	-366,6	-16,0%
Memorando 1						
Outras Despesas de Custeio e Capital	27.726,9	23.086,4	-4.640,5	-16,7%	-5.909,1	-20,4%
Outras Despesas de Custeio	22.284,7	20.331,5	-1.953,2	-8,8%	-2.972,8	-12,8%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (+II)	5.442,2	2.754,9	-2.687,4	-49,4%	-2.936,4	-51,6%
Memorando 2						
PAC	1.703,2	1.770,1	66,8	3,9%	-11,1	-0,6%
d/q Minha Casa Minha Vida	57,7	432,8	375,1	650,0%	372,5	617,2%

Tabela 2.2. Despesas Primárias do Governo Central - Acum. no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Jan-Mar		Variação Nominal		Variação Real (IPCA)	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
IV. DESPESA TOTAL	316.960,1	325.934,7	8.974,6	2,8%	-4.030,2	-1,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	137.352,1	146.644,9	9.292,8	6,8%	3.676,8	2,6%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	108.150,7	115.992,8	7.842,0	7,3%	3.423,0	3,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	4.923,5	6.643,4	1.719,9	34,9%	1.503,3	29,2%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	29.201,4	30.652,1	1.450,7	5,0%	253,8	0,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.326,1	1.759,3	433,2	32,7%	374,9	27,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	74.099,4	77.173,1	3.073,7	4,1%	40,0	0,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	3.875,8	4.131,8	255,9	6,6%	80,0	2,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	52.519,3	53.127,6	608,3	1,2%	-1.532,7	-2,8%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	17.045,6	17.740,5	694,9	4,1%	-1,0	0,0%
Abono	7.837,8	8.426,2	588,5	7,5%	269,7	3,3%
Seguro Desemprego	9.207,8	9.314,3	106,5	1,2%	-270,6	-2,8%
d/q Seguro Defeso	1.140,8	1.213,0	72,2	6,3%	24,7	2,1%
IV.3.2 Anistiados	46,4	39,8	-6,5	-14,1%	-8,5	-17,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	140,3	155,4	15,1	10,8%	9,0	6,1%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	13.900,5	14.825,6	925,0	6,7%	359,1	2,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	263,9	362,8	98,9	37,5%	88,0	31,9%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.251,7	1.389,4	137,7	11,0%	84,0	6,4%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	91,9	2.247,6	2.155,7	-	2.171,7	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.644,4	2.258,3	-386,1	-14,6%	-495,5	-17,9%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	104,9	41,8	-63,1	-60,1%	-67,8	-61,7%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	4.843,8	5.174,7	330,9	6,8%	140,7	2,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	320,6	287,9	-32,6	-10,2%	-46,5	-13,8%
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.815,2	2.378,8	-436,4	-15,5%	-555,7	-18,9%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	477,5	0,0	-477,5	-100,0%	-500,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.606,3	1.243,1	-363,2	-22,6%	-435,1	-25,9%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.604,654	5.021,2	-1.583,5	-24,0%	-1.855,8	-26,8%
Equalização de custeio agropecuário	617,828	529,3	-88,6	-14,3%	-113,4	-17,5%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	846,920	760,0	-86,9	-10,3%	-120,3	-13,5%
Política de preços agrícolas	124,858	79,8	-45,1	-36,1%	-50,3	-38,5%
Pronaf	1.537,427	1.251,6	-285,9	-18,6%	-347,9	-21,6%
Proex	237,106	117,9	-119,2	-50,3%	-129,5	-52,1%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	195,156	165,4	-29,7	-15,2%	-37,6	-18,4%
Fundo da terra/ INCRA	10,745	20,8	10,1	93,8%	10,0	89,7%
Funcafé	34,895	12,4	-22,5	-64,5%	-24,1	-65,9%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.829,076	1.816,0	-1.013,1	-35,8%	-1.133,2	-38,1%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	135,021	99,3	-35,7	-26,4%	-41,9	-29,7%
Sudene	0,000	13,2	13,2	-	13,3	-
Proagro	0,000	135,2	135,2	-	135,9	-
Outros Subsídios e Subvenções	35,621	20,2	-15,4	-43,3%	-16,9	-45,2%
IV.3.16 Transferências ANA	64,7	23,1	-41,6	-64,2%	-44,5	-65,7%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	217,9	161,0	-56,9	-26,1%	-66,7	-29,2%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	343,1	139,4	-203,7	-59,4%	-220,0	-61,1%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira	52.989,3	48.989,2	-4.000,1	-7,5%	-6.214,4	-11,2%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	31.486,0	30.847,5	-638,5	-2,0%	-1.945,6	-5,9%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	3.179,6	3.183,2	3,6	0,1%	-126,9	-3,8%
IV.4.1.2 Bolsa Família	7.676,9	7.547,2	-129,7	-1,7%	-444,6	-5,5%
IV.4.1.3 Saúde	19.583,5	18.829,3	-754,2	-3,9%	-1.573,7	-7,7%
IV.4.1.4 Educação	655,5	815,1	159,7	24,4%	132,7	19,4%
IV.4.1.5 Demais	390,5	472,5	82,0	21,0%	66,7	16,3%
IV.4.2 Discricionárias	21.503,3	18.141,7	-3.361,6	-15,6%	-4.268,7	-19,0%
IV.4.2.1 Saúde	6.508,8	3.699,9	-2.808,9	-43,2%	-3.092,8	-45,4%
IV.4.2.2 Educação	4.687,3	4.251,4	-435,9	-9,3%	-630,4	-12,8%
IV.4.2.3 Defesa	1.407,8	1.337,5	-70,4	-5,0%	-130,0	-8,8%
IV.4.2.4 Transporte	1.866,5	1.556,4	-310,1	-16,6%	-389,6	-19,9%
IV.4.2.5 Administração	1.392,9	1.655,8	262,9	18,9%	207,5	14,2%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	693,5	590,1	-103,4	-14,9%	-131,6	-18,1%
IV.4.2.7 Segurança Pública	590,5	631,9	41,4	7,0%	17,4	2,8%
IV.4.2.8 Assistência Social	359,2	438,0	78,8	21,9%	64,8	17,2%
IV.4.2.9 Demais	3.996,7	3.980,7	-16,0	-0,4%	-183,9	-4,4%
Memorando 1						
Outras Despesas de Custeio e Capital	67.509,9	64.348,3	-3.161,6	-4,7%	-5.961,6	-8,4%
Outras Despesas de Custeio	58.978,0	58.147,6	-830,4	-1,4%	-3.263,7	-5,3%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (I+II)	8.531,8	6.200,7	-2.331,2	-27,3%	-2.697,9	-30,2%
Memorando 2						
PAC	3.640,6	3.381,4	-259,2	-7,1%	-414,9	-10,9%
d/q Minha Casa Minha Vida	234,5	732,8	498,3	212,5%	490,0	199,5%

Tabela 3.1. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Março		Variação Nominal		Variação Real (IPCA)	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.317,92	19.669,25	1.351,33	7,4%	513,23	2,7%
<i>I.1 FPM / FPE / IPI-EE</i>	<i>14.326,13</i>	<i>16.193,42</i>	<i>1.867,28</i>	<i>13,0%</i>	<i>1.211,82</i>	<i>8,1%</i>
I.2 Fundos Constitucionais	1.122,91	785,72	-337,20	-30,0%	388,57	-33,1%
I.2.1 Repasse Total	1.437,29	1.058,28	-379,01	-26,4%	444,77	-29,6%
I.2.2 Superávit dos Fundos	314,38	272,57	-41,81	-13,3%	56,20	-17,1%
I.3 Contribuição do Salário Educação	974,86	966,87	-7,99	-0,8%	52,59	-5,2%
I.4 Exploração de Recursos Naturais	1.856,91	1.707,36	-149,55	-8,1%	234,51	-12,1%
I.5 CIDE - Combustíveis						
I.6 Demais	37,10	15,89	-21,22	-57,2%	22,91	-59,1%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	29,69	-	-29,69	-100,0%	31,05	-100,0%
I.6.3 IOF Ouro	0,73	1,47	0,74	100,1%	0,70	91,4%
I.6.4 ITR	6,68	14,42	7,74	115,8%	7,43	106,3%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-
I. DESPESA TOTAL	114.995,57	115.637,36	641,79	0,6%	4.619,58	-3,8%
II.1 Benefícios Previdenciários	49.668,91	53.788,69	4.119,79	8,3%	1.847,29	3,6%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	34.825,24	27.828,52	-6.996,72	-20,1%	8.590,07	-23,6%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.337,16	18.841,70	9.504,54	101,8%	9.077,34	93,0%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	5.506,51	7.118,47	1.611,96	29,3%	1.360,02	23,6%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.968,53	27.319,46	1.350,92	5,2%	162,79	0,6%
II.2.1 Ativo Civil	9.968,87	10.238,56	269,68	2,7%	186,42	-1,8%
II.2.2 Ativo Militar	2.297,67	2.280,06	-17,60	-0,8%	122,73	-5,1%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.294,90	6.900,75	605,85	9,6%	317,84	4,8%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.680,77	3.961,65	280,88	7,6%	112,48	2,9%
II.2.5 Outros	3.726,33	3.938,43	212,10	5,7%	41,61	1,1%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	16.264,08	16.261,86	-2,22	0,0%	746,35	-4,4%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	5.719,16	6.030,46	311,30	5,4%	49,63	0,8%
II.3.2 Anistiados	12,68	13,01	0,34	2,7%	0,24	-1,8%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	-	-	-	-	-	-
II.3.4 Auxílio CDE	-	-	-	-	-	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,73	17,78	-34,95	-66,3%	72,93	138,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.797,51	5.096,32	298,81	6,2%	79,31	1,6%
II.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	788,82	914,47	125,65	15,9%	89,56	10,9%
II.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	36,50	84,63	48,13	131,9%	46,46	121,7%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	866,59	680,45	-186,14	-21,5%	225,79	-24,9%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	33,47	9,88	-23,59	-70,5%	25,12	-71,8%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	37,00	15,46	-21,54	-58,2%	23,23	-60,1%
II.3.12 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,93	1.016,15	52,23	5,4%	8,12	0,8%
II.3.13 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	110,70	131,97	21,27	19,2%	16,20	14,0%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (Custeio e Capital)	1.199,67	910,20	-289,47	-24,1%	344,36	-27,4%
II.3.15 Lei Kandir e FEX	159,17	-	-159,17	-100,0%	166,45	-100,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.095,37	995,98	-99,39	-9,1%	149,50	-13,1%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	371,02	262,24	-108,77	-29,3%	125,75	-32,4%
Equalização de custeio agropecuário	9,01	14,90	5,89	65,3%	5,48	58,1%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	0,49	0,18	-0,31	-63,9%	0,33	-65,5%
Política de Preços Agrícolas	43,44	7,57	-35,87	-82,6%	37,85	-83,3%
Pronaf	51,40	13,47	-37,93	-73,8%	40,28	-74,9%
Proex	61,29	48,35	-12,93	-21,1%	15,74	-24,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	19,94	14,73	-5,21	-26,1%	6,12	-29,3%
Fundo da terra/ INCRA	39,11	5,63	-33,48	-85,6%	46,53	119,0%
Funcafé	16,96	4,66	-12,31	-72,5%	13,08	-73,8%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,45	0,96	-0,49	-33,7%	0,56	-36,6%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	135,02	99,32	-35,70	-26,4%	41,88	-29,7%
Sudene	-	1,52	1,52	100,0%	1,52	100,0%
Proagro	-	62,20	62,20	100,0%	62,20	100,0%
Outros Subsídios e Subvenções	7,10	0,00	-7,10	-100,0%	7,43	100,0%
II.3.20 Transferências ANA	21,96	0,58	-21,37	-97,3%	22,38	97,5%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	-	94,26	94,26	100,0%	94,26	100,0%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	2,18	23,58	21,40	982,1%	25,86	1198,2%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-
II.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	23.094,05	18.267,35	-4.826,70	-20,9%	5.883,32	-24,4%
II.4.1 Obrigatórias	11.051,74	10.996,60	-55,13	-0,5%	560,78	-4,9%
II.4.2 Discricionárias	12.042,31	7.270,74	-4.771,57	-39,6%	5.322,54	-42,3%
Memorando:						
II. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (I+II)	133.313,50	135.306,61	1.993,12	1,5%	4.106,35	-2,9%
V. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	19.551,52	21.203,73	1.652,20	8,5%	757,66	3,7%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	19.150,62	20.929,18	1.778,56	9,3%	902,37	4,5%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.326,13	16.193,42	1.867,28	13,0%	1.211,82	8,1%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	974,86	966,87	-7,99	-0,8%	52,59	-5,2%
IV.1.3 Exploração de Recursos Naturais	1.856,91	1.707,36	-149,55	-8,1%	234,51	-12,1%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-
IV.1.5 Demais	1.992,71	2.061,53	68,82	3,5%	22,35	-1,1%
IOF Ouro	0,73	1,47	0,74	100,1%	0,70	91,4%
ITR	6,68	14,42	7,74	115,8%	7,43	106,3%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,93	1.016,15	52,23	5,4%	8,12	0,8%
Fundo Constitucional DF - FPDF	1.021,37	1.029,49	8,13	0,8%	38,60	-3,6%
FCDF - Custeio e Capital	110,70	131,97	21,27	19,2%	16,20	14,0%
FCDF - Pessoal	910,67	897,53	-13,14	-1,4%	54,81	-5,8%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	45,55	85,30	39,75	87,3%	37,66	79,1%
d/q Impacto Primário do FIES	0,00	-	0,00	100,0%	0,00	100,0%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	8,42	19,06	10,64	126,4%	10,26	116,5%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	8,25	17,82	9,56	115,9%	9,19	106,4%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,16	1,24	1,08	659,8%	1,07	626,5%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	346,94	170,19	-176,75	-50,9%	192,63	-53,1%
I. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	113.761,97	114.102,89	340,91	0,3%	4.864,02	-4,1%

Tabela 3.2. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Acum. no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Jan-Mar		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	65.313,05	72.787,56	7.474,51	11,4%	4.876,69	7,1%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	51.771,39	57.280,78	5.509,39	10,6%	3.443,90	6,4%
I.2 Fundos Constitucionais	1.812,49	2.437,77	625,28	34,5%	554,59	29,2%
I.2.1 Repasse Total	3.263,34	3.543,27	279,93	8,6%	147,82	4,3%
I.2.2 Superávit dos Fundos	1.450,86	1.105,51	345,35	-23,8%	406,78	-26,8%
I.3 Contribuição do Salário Educação	3.654,35	3.586,21	68,13	-1,9%	215,57	-5,6%
I.4 Exploração de Recursos Naturais	7.422,28	9.048,39	1.626,11	21,9%	1.339,51	17,2%
I.5 CIDE - Combustíveis	424,68	217,30	207,38	-48,8%	226,06	-50,7%
I.6 Demais	227,86	217,10	10,76	-4,7%	19,68	-8,2%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	39,38	-	39,38	-100,0%	41,23	-100,0%
I.6.3 IOF Ouro	3,25	4,37	1,12	34,4%	0,99	29,1%
I.6.4 ITR	95,26	113,78	18,52	19,4%	14,90	14,9%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	89,97	98,95	8,98	10,0%	5,65	6,0%
I. DESPESA TOTAL	314.915,54	326.165,63	11.250,09	3,6%	1.649,35	-0,5%
II.1 Benefícios Previdenciários	137.853,55	146.646,09	8.792,54	6,4%	3.151,28	2,2%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	103.801,39	109.347,10	5.545,71	5,3%	1.383,13	1,3%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	27.802,80	28.895,09	1.092,29	3,9%	111,47	-0,4%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	6.249,35	8.403,89	2.154,54	34,5%	1.879,62	28,8%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	71.623,26	77.011,95	5.388,69	7,5%	2.475,67	3,3%
II.2.1 Ativo Civil	31.306,76	34.840,87	3.534,11	11,3%	2.288,13	7,0%
II.2.2 Ativo Militar	6.483,01	6.534,40	51,39	0,8%	216,04	-3,2%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	19.025,84	20.108,20	1.082,37	5,7%	306,67	1,5%
II.2.4 Reformas e pensões militares	10.953,53	11.418,68	465,15	4,2%	16,23	0,1%
II.2.5 Outros	3.854,12	4.109,80	255,68	6,6%	80,68	2,0%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	52.501,46	53.164,29	662,83	1,3%	1.476,39	-2,7%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	17.045,61	17.740,55	694,94	4,1%	1,49	0,0%
II.3.2 Anistiados	46,68	39,85	6,83	-14,6%	8,82	-18,0%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	-	-	-	-	-	-
II.3.4 Auxílio CDE	-	-	-	-	-	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	149,11	157,95	8,85	5,9%	3,32	2,1%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	13.934,85	14.825,55	890,70	6,4%	323,12	2,2%
II.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.251,70	1.389,38	137,68	11,0%	84,04	6,4%
II.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	94,24	2.250,08	2.155,84	-	2.171,74	-
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.644,35	2.258,29	-386,06	-14,6%	495,51	-17,9%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	62,77	33,39	-29,38	-46,8%	32,09	-48,8%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	104,88	41,82	-63,07	-60,1%	67,81	-61,7%
II.3.12 Fundef/Fundeb - Complementação da União	4.843,76	5.174,69	330,92	6,8%	140,69	2,8%
II.3.13 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	320,71	287,99	-32,72	-10,2%	46,60	-13,9%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (Custeio e Capital)	2.738,86	2.397,51	-341,35	-12,5%	456,80	-15,9%
II.3.15 Lei Kandir e FEX	477,50	-	477,50	-100,0%	500,18	-100,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.589,41	1.232,28	-357,14	-22,5%	428,27	-25,8%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.607,51	5.021,95	-1.585,55	-24,0%	1.858,06	-26,8%
Equalização de custeio agropecuário	617,83	529,27	-88,56	-14,3%	113,41	-17,5%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	846,92	760,01	-86,91	-10,3%	120,35	-13,5%
Política de Preços Agrícolas	124,86	79,78	-45,08	-36,1%	50,35	-38,5%
Pronaf	1.537,43	1.251,56	-285,87	-18,6%	347,87	-21,6%
Proex	237,11	117,94	-119,17	-50,3%	129,48	-52,1%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	195,16	165,44	-29,72	-15,2%	37,58	-18,4%
Fundo da terra/ INCRA	13,60	21,61	8,01	58,9%	7,79	55,1%
Funcafé	34,89	12,40	-22,50	-64,5%	24,08	-65,9%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.829,08	1.816,00	-1.013,08	-35,8%	1.133,18	-38,1%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	135,02	99,32	-35,70	-26,4%	41,88	-29,7%
Sudene	-	13,23	13,23	-	13,34	-
Proagro	-	135,20	135,20	-	135,91	-
Outros Subsídios e Subvenções	35,62	20,21	-15,42	-43,3%	16,94	-45,2%
II.3.20 Transferências ANA	64,39	12,69	-51,70	-80,3%	54,63	-81,0%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	182,07	160,98	-21,09	-11,6%	29,09	-15,3%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	343,06	139,35	-203,71	-59,4%	219,97	-61,1%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-
II.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52.937,27	49.343,30	3.593,97	-6,8%	5.799,90	-10,5%
II.4.1 Obrigatórias	30.368,88	30.674,10	305,22	1,0%	948,00	3,0%
II.4.2 Discricionárias	22.568,39	18.669,20	-3.899,19	-17,3%	4.851,90	-20,5%
Memorando:						
II. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (I+II)	380.228,59	398.953,19	18.724,60	4,9%	3.227,35	0,8%
V. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	72.108,30	80.812,50	8.704,20	12,1%	5.845,94	7,7%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	71.443,34	78.310,77	6.867,43	9,6%	4.019,10	5,4%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	51.771,39	57.280,78	5.509,39	10,6%	3.443,90	6,4%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	3.654,35	3.586,21	68,13	-1,9%	215,57	-5,6%
IV.1.3 Exploração de Recursos Naturais	7.422,28	9.048,39	1.626,11	21,9%	1.339,51	17,2%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	424,68	217,30	207,38	-48,8%	226,06	-50,7%
IV.1.5 Demais	8.170,65	8.178,09	7,44	0,1%	322,69	-3,8%
IOF Ouro	3,25	4,37	1,12	34,4%	0,99	29,1%
ITR	95,26	113,78	18,52	19,4%	14,90	14,9%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	4.843,76	5.174,69	330,92	6,8%	140,69	2,8%
Fundo Constitucional DF - FCDF	3.228,37	2.885,24	-343,13	-10,6%	479,27	-14,2%
FCDF - Custeio e Capital	320,71	287,99	-32,72	-10,2%	46,60	-13,9%
FCDF - Pessoal	2.907,66	2.597,26	-310,40	-10,7%	432,67	-14,2%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	112,57	2.266,99	2.154,42	-	2.169,59	-
d/q Impacto Primário do FIES	0,00	-	0,00	-100,0%	0,00	-100,0%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	14,06	64,55	50,49	359,2%	50,23	341,3%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	13,76	40,46	26,70	194,1%	26,27	182,4%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,30	24,09	23,79	-	23,95	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	538,33	170,19	-368,14	-68,4%	392,98	-69,8%
I. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	308.120,29	318.140,69	10.020,40	3,3%	2.618,59	-0,8%

Tabela 4.1. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

	Março		Variação Nominal	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %
I. DESPESA TOTAL	133.313,50	135.306,61	1.993,12	1,5%
I.1 Poder Executivo	128.620,96	130.541,15	1.920,18	1,5%
I.2 Poder Legislativo	887,32	911,01	23,70	2,7%
I.2.1 Câmara dos Deputados	431,70	432,76	1,05	0,2%
I.2.2 Senado Federal	313,37	328,27	14,90	4,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	142,24	149,99	7,75	5,4%
I.3 Poder Judiciário	3.309,33	3.325,79	16,46	0,5%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,73	49,63	4,90	11,0%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	101,83	107,84	6,01	5,9%
I.3.3 Justiça Federal	817,38	861,17	43,80	5,4%
I.3.4 Justiça Militar da União	37,91	42,16	4,25	11,2%
I.3.5 Justiça Eleitoral	525,65	566,69	41,04	7,8%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.581,75	1.476,23	- 105,53	-6,7%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	188,87	209,51	20,64	10,9%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	11,22	12,56	1,34	11,9%
I.4. Defensoria Pública da União	42,38	42,80	0,42	1,0%
I.5 Ministério Público da União	453,50	485,87	32,37	7,1%
I.5.1 Ministério Público da União	447,73	479,48	31,75	7,1%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,77	6,38	0,62	10,7%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	113.761,97	114.102,89	340,91	0,3%
II.1 Poder Executivo	109.078,16	109.356,48	278,33	0,3%
II.2 Poder Legislativo	887,32	911,01	23,70	2,7%
II.2.1 Câmara dos Deputados	431,70	432,76	1,05	0,2%
II.2.2 Senado Federal	313,37	328,27	14,90	4,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	142,24	149,99	7,75	5,4%
II.3 Poder Judiciário	3.300,62	3.306,73	6,11	0,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,73	49,63	4,90	11,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	101,83	107,84	6,01	5,9%
II.3.3 Justiça Federal	817,36	861,17	43,81	5,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	37,90	42,16	4,26	11,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	517,23	547,63	30,40	5,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.581,48	1.476,23	- 105,25	-6,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	188,87	209,51	20,64	10,9%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	11,22	12,56	1,34	11,9%
II.4. Defensoria Pública da União	42,38	42,80	0,42	1,0%
II.5 Ministério Público da União	453,50	485,87	32,37	7,1%
II.5.1 Ministério Público da União	447,73	479,48	31,75	7,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,77	6,38	0,62	10,7%

Tabela 4.2. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Acum. no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

	Jan-Mar		Variação Nominal	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %
I. DESPESA TOTAL	380.228,59	398.953,19	18.724,60	4,9%
I.1 Poder Executivo	365.771,19	383.415,42	17.644,24	4,8%
I.2 Poder Legislativo	2.692,45	2.896,70	204,25	7,6%
I.2.1 Câmara dos Deputados	1.317,09	1.410,33	93,24	7,1%
I.2.2 Senado Federal	930,73	1.012,48	81,75	8,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	444,63	473,89	29,26	6,6%
I.3 Poder Judiciário	10.125,30	10.833,25	707,95	7,0%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	141,49	152,83	11,35	8,0%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	320,05	332,03	11,98	3,7%
I.3.3 Justiça Federal	2.653,36	2.855,44	202,08	7,6%
I.3.4 Justiça Militar da União	109,74	120,17	10,42	9,5%
I.3.5 Justiça Eleitoral	1.612,02	1.807,78	195,76	12,1%
I.3.6 Justiça do Trabalho	4.637,76	4.851,45	213,69	4,6%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	620,00	675,68	55,69	9,0%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	30,88	37,87	6,99	22,7%
I.4. Defensoria Pública da União	136,41	136,47	0,06	0,0%
I.5 Ministério Público da União	1.503,24	1.671,34	168,10	11,2%
I.5.1 Ministério Público da União	1.487,19	1.651,85	164,65	11,1%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	16,05	19,49	3,45	21,5%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	308.120,29	318.140,69	10.020,40	3,3%
II.1 Poder Executivo	293.677,84	302.667,48	8.989,63	3,1%
II.2 Poder Legislativo	2.692,45	2.896,70	204,25	7,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.317,09	1.410,33	93,24	7,1%
II.2.2 Senado Federal	930,73	1.012,48	81,75	8,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	444,63	473,89	29,26	6,6%
II.3 Poder Judiciário	10.110,34	10.768,70	658,35	6,5%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	141,49	152,83	11,35	8,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	319,57	332,03	12,46	3,9%
II.3.3 Justiça Federal	2.653,34	2.855,44	202,09	7,6%
II.3.4 Justiça Militar da União	109,71	120,17	10,45	9,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.597,93	1.743,23	145,30	9,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.637,42	4.851,45	214,02	4,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	620,00	675,68	55,69	9,0%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	30,88	37,87	6,99	22,7%
II.4. Defensoria Pública da União	136,41	136,47	0,06	0,0%
II.5 Ministério Público da União	1.503,24	1.671,34	168,10	11,2%
II.5.1 Ministério Público da União	1.487,19	1.651,85	164,65	11,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	16,05	19,49	3,45	21,5%